

INVENÇÃO OU PRODUÇÃO? O “CAPITALISMO UNIVERSITÁRIO” E O FOMENTO À PESQUISA

André Luiz de Miranda Martins

Resumo

O artigo seguinte tem por objetivo entender a vigência do modelo de capitalismo universitário no Brasil, a partir de um exame da atual política governamental de fomento à pesquisa nas Instituições de Ensino Superior. Serão enfatizados seus objetivos de formação de quadros e a preferência institucional por determinadas áreas do conhecimento, a partir de pesquisa documental envolvendo dados consolidados de fomento à pesquisa e os editais de seleção pública de projetos de pesquisa, ambos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. A elaboração do artigo envolveu procedimentos de documentação indireta (pesquisas documentais e bibliográficas). Foi possível constatar a feição crescentemente empresarial que o fomento à pesquisa assume no Brasil.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; Pesquisa; Capitalismo; Ciência; Produção.

Abstract

The following paper aims to comprehend the growing and dissemination of the academic capitalism model in Brazil through an assessment of the current governmental policy of research funding to post-secondary education institutions. Emphasis will be given to the goals of faculty hiring and to the institutional preference for specific areas of knowledge, by means of a documental research in consolidated data of research funding and public calls of research project funding, both obtained at the National Council of Scientific and Technological Development. The paper also benefited from bibliographical research. One of its findings was the growing importance given to entrepreneurial aspects when public financing of research in Brazil is concerned.

Keywords: Post-secondary Education Institutions; Research; Capitalism; Science; Production.

Introdução

Inventar ou atender às encomendas, aos requisitos do setor produtivo? Investigação científica ou produção tecnológica? Debatidas pela intelectualidade acadêmica brasileira pelo menos desde os anos 1980, essas questões se recolocam na presente década, ante a expansão das universidades – verificada, por exemplo, a partir da interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES, doravante)

federais¹ –, que se tem pautado sob forte influência dos ditames do capitalismo universitário. Neste modelo de organização do ensino superior, os ocupados nas suas funções-fim constituem o único ativo reprodutível da universidade, seu estoque de capital humano – dando azo a uma racionalidade controlada pelo êxito e expressa em comportamentos economicamente motivados para captação externa de recursos que incrementem esse estoque específico de capital.

O artigo ora proposto tem por objetivo entender a vigência desse modelo a partir do exame da atual política governamental de fomento à pesquisa nas IES. Serão enfatizados seus objetivos de formação de quadros e a preferência institucional por determinadas áreas do conhecimento, a partir de pesquisa documental envolvendo os editais de seleção pública de projetos de pesquisa lançados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, bem como dados consolidados de fomento à pesquisa deste Conselho.

Tomar-se-á como referência o debate da filosofia e da economia política sobre pesquisa científica e a racionalidade capitalista, que internaliza a ciência como fator de produção – circunscrevendo-a conceitualmente, segundo a determinação de classes vigente, e desqualificando o trabalho científico. A elaboração do artigo envolveu procedimentos de documentação indireta (pesquisas documentais e bibliográficas).

A seção seguinte explora alguns referenciais teóricos do debate sobre pesquisa científica e racionalidade capitalista, bem como debate a crescente instrumentalização da universidade e dos institutos de pesquisa e a pesquisa científica conduzida sob sua égide. A seção terceira aborda especificamente os resultados de nossa pesquisa documental, e à base dos referenciais apresentados, debate criticamente a política de fomento à pesquisa nas IES brasileiras na presente década. Encerram o artigo breves considerações finais.

¹ Caracterizada pela abertura tanto de novas universidades federais como de novos campi de universidades federais já consolidadas, tipicamente em áreas economicamente mais débeis de diversos estados brasileiros.

ARTIGOS

Ciência e técnica, racionalidade capitalista e pesquisa científica: referenciais teóricos

É longa a tradição do pensamento que privilegia o trabalho e a racionalidade (ou, ainda, a relação entre trabalho e linguagem) como seus problemas filosóficos: destaque-se a linhagem tipicamente alemã, que parte da ontologia de Hegel e passa pelo materialismo de Marx e Engels. Contemporaneamente, essa linhagem nos chega pelo diálogo da Escola de Frankfurt com a pesquisa antropológica (diálogo esse representado em particular por Adorno, Horkheimer e Habermas), no intuito de promover uma reconstrução hegeliana do materialismo histórico (GIOVINAZZO JÚNIOR, 2009; HADDAD, 2004).

Considerando os autores citados acima, pode-se concluir, sem maior temor, que são de Marx e Engels, e de Habermas, as perspectivas filosóficas mais amplamente conhecidas da sociabilidade capitalista. Será, e com fins heurísticos, ademais, que nos ateremos a algumas formulações desses três autores – às quais somaremos as formulações de Herbert Marcuse, frankfurtiano de primeira geração –, bem como de comentadores desse conjunto de autores. A partir deles é que procuraremos chegar ao debate da crescente instrumentalização da universidade, dos institutos de pesquisa e da pesquisa científica conduzida sob sua égide.

Em dado momento esse debate encontrará as discussões, em curso, sobre certo capitalismo universitário, expresso em comportamentos economicamente motivados para a captação de recursos, destinados, por seu turno, ao incremento do estoque de capital humano representado pelos ocupados nas funções-fim da Universidade (em português claro: seus professores e pesquisadores). Procurar-se-á, a partir desse encontro teórico, destacar as limitações do conceito de capitalismo universitário.

Ciência e técnica: do marxismo clássico aos frankfurtianos

É de amplo conhecimento que se originou do trabalho teórico de Marx e Engels uma perspectiva contundentemente crítica do lócus da ciência na sociabilidade capitalista, marcada por uma fratura da

comunidade humana ante a divisão social do trabalho, por sua vez expressa na propriedade privada e no “aparecimento de classes em colisão” (KONDER, 2002, p. 41). Divisão do trabalho que só surge efetivamente, como registram Marx e Engels n’A Ideologia Alemã,

a partir do momento em que se opera uma divisão fundamental entre o trabalho material e intelectual. A partir desse momento, a consciência pode supor-se algo mais que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representar algo de real [...] através da divisão do trabalho torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos; então, a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese de acabar de novo com a divisão do trabalho (apud MARX, 2004, p. 24)².

Nos seus Fundamentos da Crítica da Economia Política, Marx nota que a tendência universal do capital – que ademais o distingue das demais formas de produção que o antecedem – reside no fato de que o desenvolvimento livre, “sem obstáculos, progressivo e universal das forças produtivas será a condição da sociedade e, portanto, de sua reprodução, e onde a única premissa será a superação do ponto de partida” (apud MARX, 2004, p. 46.). Essencial a essa forma será que o desenvolvimento da ciência seja um aspecto “e uma forma do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da riqueza” (apud MARX, 2004, p. 47).

Já Engels, em suas glosas a O Capital, destaca a importância da divisão do trabalho na transição do trabalho cooperado à manufatura e desta à grande indústria, notando que

Enquanto a cooperação deixava intato o modo de trabalho individual, a manufatura, o transforma e mutila o operário; incapaz de fazer um produto independente, converte-se em um simples apêndice da oficina do capitalista. Os poderes intelectuais do

² A mencionada divisão entre trabalho material e intelectual, fundante da divisão do trabalho mesma, será de grande importância para os argumentos de Chauí (2001) sobre ideologia, ciência e racionalidade, como ser verá adiante.

ARTIGOS

trabalho desaparecem e desembocam no outro extremo. A divisão do trabalho manufatureiro produz a oposição dos trabalhadores às potências espirituais do processo de trabalho [...] Este processo de separação começa na cooperação, desenvolve-se na manufatura e se aperfeiçoa na grande indústria, que separa o trabalho da ciência, enquanto força produtiva autônoma, colocando-a a serviço do capital (apud MARX, 2004, p. 28, destaque nosso).

Gerida privadamente, pois, a ciência – e os processos de inovação tecnológica que engendra – se efetiva, sob o capitalismo como forma de extrair mais trabalho não-pago da força de trabalho (pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, que é deslocado para a produção de meios de produção), de modo a maximizar os lucros (pela maior exploração do trabalho) e, por esta via, a acumulação de capital. “Essa tendência significou que os trabalhadores, em vez de serem liberados da produção daquilo que era preciso para a sobrevivência da sociedade, de maneira que pudessem exercer outras atividades, eram e são obrigados a produzir mais e mais mercadorias” (GIOVINAZZO JÚNIOR, 2009, p. 21).

Consolida-se uma base técnica e científica cada vez mais sofisticada, que submete a natureza e coloca o homem a serviço da produção, com o que a existência humana, a elaboração da interioridade humana, passa a se pautar, como registra Marx nos seus Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política (Grundrisse), pelo sacrifício “da finalidade-de-si em benefício de uma finalidade totalmente externa” (apud HADDAD, 2004, p. 45.).

De modo que a ciência não se volta à melhoria das condições de vida daqueles que labutam, isto é, lutam ingloriamente pela sobrevivência, porquanto a economia burguesa sobrevive muito mais pela expansão do que pela satisfação das necessidades, “e a mercantilização de todas as esferas da vida decorrente não é uma mera patologia induzida sistemicamente, mas um fenômeno essencial e incontornável da própria lógica de acumulação capitalista” (HADDAD, 2004, p. 47). Essa base técnica e científica gera, portanto, uma existência atormentada, marcada pela insatisfação, ante uma gestão

privada dos processos de inovação tecnológica, em que “a correspondência entre a percepção e a possível fruição não acontece, e a própria luta de classes é alimentada pelo desejo insatisfeito de todos” (HADDAD, 2004, p. 46).

A pacificação dessa existência, como sugere Marcuse, inspirado nos Grundrisse, implicará a transformação de base técnica e científica vigente, condutora de novas formas de relacionamento com a natureza, dado que o método científico,

que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza forneceu [...] tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem por meio da dominação da natureza [...]. Hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura. Nesse universo, a tecnologia também garante a grande racionalização na não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade “técnica” de a criatura ser autônoma, de determinar a sua própria vida. Isto porque essa não-liberdade não parece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho (MARCUSE, 1979, p. 154, grifos do autor).

A importância da formulação marcusiana, alinhada acima, não deve impedir uma crítica de sua concepção do método científico como tendo fornecido não só os conceitos puros, mas também os instrumentos para a dominação (MARCUSE, 1979). Haveria conhecimento científico puro, mesmo que sua construção seja social? Assim concebendo o conhecimento científico, Marcuse parece, com efeito, derrapar para o idealismo, ao superestimar as possibilidades subjetivas de ação em tempos de necessidades fabricadas. Além disso, a racionalidade tecnológica, ao possibilitar uma enorme concentração do poder, “conferiu anonimato a seus donos – esses, cada vez mais, também se tornam reféns da lógica que os mantém na posição em que se encontram – fez aumentar a impotência do indivíduo diante da totalidade social” (GIOVINAZZO JÚNIOR, 2009, p. 31). Este é, em linhas

ARTIGOS

gerais, o fundamento da crítica de Theodor Adorno ao projeto de emancipação de Marcuse.

Em Habermas, a discussão da legitimação adiantada acima na perspectiva marcusiana, é abordada à base de um aprofundamento teórico da (nos seus termos) dicotômica relação entre trabalho e interação (aquele ligado à razão instrumental – que orienta a relação sujeito-objeto –, distinta da ação comunicativa, pertinente à interação entre os sujeitos). Para este pensador, ao longo do século XX o advento de diversos arranjos institucionais que colocaram o Estado como protagonista do crescimento econômico, ladeado pela grande corporação capitalista, erigiu a ciência e a técnica à condição de principal força produtiva (KONDER, 2002), com a pesquisa movendo-se crescentemente conforme a batuta estatal e corporativa. Nos termos propostos por John Kenneth Galbraith (1988), movendo-se segundo os imperativos da tecnologia para a organização capitalista e os ditames de uma tecnoestrutura operante nas grandes corporações (as Sociedades Anônimas) e no Estado.

Doravante a evolução do sistema social, para Habermas, parece estar sob as determinações da lógica do progresso científico e técnico – ou seja, à lógica correspondente a uma estrutura de ação racional orientada pelo êxito – e com tamanha efetividade que não se divisa uma renúncia social à técnica, “isto é, à nossa técnica, substituindo-a por uma qualitativamente distinta [...] enquanto houvermos de manter a nossa vida por meio do trabalho social e com a ajuda dos meios que substituem o trabalho” (apud HADDAD, 2004, p. 49). Com efeito, em Habermas, a legitimidade se processa em novas bases ideológicas, ao dispensar certo recurso, qual seja,

a ilusão de proporcionar a todos uma ilusão romântica de satisfação de seus desejos e interesses [...] Com um discurso franco e sóbrio, ela [a nova ideologia] mobiliza a técnica e a ciência para atender às necessidades dos seres humanos como indivíduos privados (induzindo-os, paralelamente, a um comportamento puramente adaptativo) e os convoca a se acumplicarem [...] com a direção da política econômica que está sendo adotada (KONDER, 2002, p. 130).

Como se pode depreender, em breves linhas Habermas conclui pela inconveniência teórico-histórica tanto da aposta marxiana no desenvolvimento das forças produtivas (e da teoria marxiana da práxis) como do projeto marcusiano de emancipação.

A economia política do capitalismo contemporâneo e a instrumentalização da Universidade

Contudo, aqui não é o lugar para empreender uma réplica filosófica à crítica habermasiana de Marx. De Habermas é nosso objetivo reter, essencialmente, o fato de que, no capitalismo contemporâneo, a ciência foi internalizada como fator produtivo. Na trama de uma contínua divisão técnica do trabalho – que, como processo, objetiva-se, convertido em aplicação tecnológica da ciência –, o processo de produção se torna mais e mais intelectualizado, com a ciência passando a fundamentar a riqueza³. Isto ocorreu sem que, contudo – e esta é nossa posição, alinhada à economia política mais classicamente marxiana –, o trabalho fosse despojado (como fundamento do valor).

Ao contrário, permanece a necessidade de se explorar o trabalho vivo pela sua desqualificação, que vai galgando andares mais altos da estrutura sócio-ocupacional. Avançou-se muito pouco no sentido da concretização das possibilidades (ademais apontadas pelo próprio Marx) de fim da subordinação material do trabalho pela máquina.

Melhor seria pensar numa transformação do trabalhador da condição de apêndice da máquina em servidor do novo mecanismo [...] na medida em que [como tendência do movimento do capital] o processo de produção é crescentemente intelectualizado pela aplicação das forças da ciência na produção da riqueza. Afinal, o pleno desenvolvimento do capital [...] só acontece quando o processo inteiro de produção não aparece como subsumido à habilidade direta do

³ “Antes uma espécie de objeto intelectual ou espiritual: é o logos – que é entretanto o logos da natureza assimilado pelo intelecto – que é posto no processo de produção. Com isto, a ruptura entre trabalho vivo e trabalho morto é relativizada, a máquina passa a ser uma espécie de força de trabalho (intelectual) no sentido de que ela não necessita mais (ou quase) de nenhum trabalho para ser vivificada. O autômato é agora espiritual, não simples autômato vivo” (FAUSTO, 1989, p. 58-59, grifos do autor).

ARTIGOS

trabalhador, mas, sim, à aplicação tecnológica da ciência (TEIXEIRA, 2007, p. 33-34, destaques do autor).

Da ciência aplicada à ciência pensada: onde está a pesquisa científica? A pergunta nos parece pertinente, porquanto não se deve confundir o desenvolvimento científico com as aplicações dos resultados deste desenvolvimento no processo de trabalho em geral (TEIXEIRA, 2007). Enquanto este se dá intramuros da fábrica, aquele se processa, em larga medida, nas universidades e institutos de pesquisa, com financiamento público⁴. Não há esquema mercantil, corporativo de Pesquisa & Desenvolvimento convincente do contrário; há, sim, uma nítida divisão do trabalho, em que os orçamentos públicos bancam a ciência a ser aplicada na empresa capitalista.

A produção das ciências, portanto, dá-se fora do tempo de trabalho empregado na produção das mercadorias. A distância entre a produção do conhecimento [...] e sua aplicação é incomensuravelmente maior do que a que separa gerência do “chão de fábrica”. Na aplicação dos resultados das pesquisas científicas pelas empresas, todo o trabalho extremamente complexo de mediação na produção do conhecimento é praticamente eliminado. Às empresas interessam tão-somente a sua aplicação imediata (TEIXEIRA, 2007, p. 46, destaques do autor).

Está-se, aqui, distante daquela perspectiva que autoriza a conclusão pela qual, contemporaneamente, deve-se considerar a base econômica da vida social “já como função da atividade do Estado e dos conflitos decididos na esfera do político” (HABERMAS, 1987, p. 69).

⁴ Na realidade institucional da Universidade dos EUA nos idos de 1960, esta organização se deu sob o modelo da fábrica de conhecimentos. Segundo Aronowitz (2000), este termo foi formulado por Clark Kerr, especialista em relações industriais e então reitor da Universidade da Califórnia em Berkeley. Em seu muito influente *The uses of the university*, de 1963, Kerr formularia as premissas para o papel da universidade: “a realidade fundamental é [...] a ampla constatação de que o conhecimento é o fator mais importante para o crescimento econômico e social. Somente agora percebemos que o produto invisível da universidade, o conhecimento, pode ser o componente mais poderoso de nossa cultura, influenciando a ascensão e queda das profissões e mesmo das classes sociais, regiões e nações” (apud ARONOWITZ, 2000, p. 30; tradução nossa). O argumento de Kerr pregava a organização do sistema universitário estadunidense em dois grupos: um em que a pós-graduação e a graduação seriam devotadas a áreas científico-tecnológicas, com ênfase em pesquisa aplicada; e outro reservado para o treinamento e formação de nível superior de mão-de-obra para áreas técnicas.

Entretanto, está-se, sim, diante de realidade que autoriza a constatação segundo a qual, nos rumos do desenvolvimento do capitalismo, a produção científica e tecnológica determina-se pelos imperativos da racionalidade capitalista. Da constatação à teoria: ciência e tecnologia são o que o capitalismo delas exige que sejam.

Por exemplo, que não haja mais tempo para pesquisas científicas concernentes à estrutura última do universo [...] nem para tecnologias desligadas dos próprios objetos técnicos existentes, de sorte que a ciência se reduz à retomada das tecnologias (definidas como saber morto depositado no objeto técnico) para repor a tecnologia em outro patamar de intervenção sobre o real (CHAUFÍ, 2001, p. 103).

Assim estabelecidas, as condições atuais de condução da pesquisa científica – nos marcos científico-tecnológicos estabelecidos, por sua vez, pela racionalidade capitalista – caem como um tijolo normativo na universidade: “por que é assim, então deve ser assim [...]. A simples suposição de que a ciência teria a ver com a invenção, com a criação e com a instauração de um saber novo é [...] julgada anacronismo improdutivo” (CHAUFÍ, 2001, p. 104, destaque da autora).

Neste sentido, é preciso ir além das limitações interpretativas colocadas pelo diagnóstico de certo capitalismo universitário e de certa universidade empreendedora a ele subjacente (academic capitalism e entrepreneurial university, na formulação original de Slaughter e Leslie, 1997). Desse diagnóstico cabe reter que, nos marcos da globalização em curso, desenvolveram-se políticas nacionais centradas na pesquisa aplicada e na inovação, assim como se reduziu o montante de subsídios diretos do Estado às instituições de ensino superior (IBARRA COLADO, 2003), ao passo que se estreitaram os vínculos acadêmicos com o mercado (dando azo a padrões de competitividade a serem observados).

Contudo, não se trata somente de notar iniciativas e comportamentos economicamente motivados para incrementar a captação de recursos externos a partir de determinado estoque de capital humano, representado pelos docentes e pesquisadores. Ora, com a condução acadêmica da pesquisa científica e tecnológica submetida à

ARTIGOS

lógica racionalizadora do capital, o que se tem é, sobretudo, uma desqualificação do trabalho científico – politicamente conduzida, como se considerará a seguir para o caso brasileiro.

Considerações sobre a política de fomento à pesquisa nas instituições de ensino superior brasileiras na presente década

Antes de adentrar o tema desta seção, são necessárias duas *démarches*. A primeira se refere aos novos limites históricos verificados entre o público e o privado na educação superior brasileira – no sentido de numa convergência organizacional ali onde havia diferenciação institucional – ante o célere crescimento da oferta de ensino superior em instituições privadas organizadas como empresa lucrativa (MINTO, 2006; SILVA Jr., 2007), verificado ao longo da década de 1990, particularmente após a reforma institucional do ensino superior, materializada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996, inspirada no ideário da reforma do Estado e, principalmente, nas diretrizes do Banco Mundial e da Unesco, relidas no âmbito do Ministério da Educação brasileiro⁵.

A reforma da educação superior no Brasil, então em discussão, deveria pautar-se pela defesa dos pilares da educação institucional e da diversificação do ensino. Por diversificação entenda-se fundamentalmente a prerrogativa concedida de inobservância do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, característico da concepção constitucional de Ensino Superior, sob o pretexto de democratização do acesso⁶. Igualdade genérica; ecos de Marx...

⁵ Cabe mencionar, além da LDB, de 1996, o decreto n. 5.773, de maio de 2006, definidor das IES não-universitárias: centros universitários, faculdades integradas e institutos superiores.

⁶ O que se verificou foi um verdadeiro boom de IES privadas, organizadas como organizações mercantis e com acentuado *ethos* empresarial, que cresceram à taxa anual de 8,35% entre 1990 e 1998. Crescimento que se deu “pela fusão de estabelecimentos isolados, que decresceram durante esse período, e/ou pela criação de faculdades integradas particulares, as quais funcionaram como uma espécie de incubadora de novas universidades” (MARTINS, 2000, p. 46). Fica claro aqui o papel do novo conjunto regulatório, a mãozinha do Estado ao capital em processo de concentração, conformando um verdadeiro mercado da educação superior, em que circula anualmente um capital monetário estimado em R\$ 20 bilhões (BERCHT, 2008). A educação superior como big

A segunda démarche diz respeito à política federal de ciência, tecnologia e inovação, concebida como central para o crescimento econômico, com o que “todo o sistema educacional é subordinado à economia” (SILVA Jr., 2007, p. 101), fortemente marcada por um tecnicismo produtivista que cobra investimentos mais substanciais em pesquisas repositórias de tecnologia – e, por isso mesmo, com resultados imediatos, denotando a busca de eficácia “na aplicação dos recursos voltados predominantemente para o fortalecimento do capital nacional industrial e agropecuário” (SILVA Jr., 2007, p. 101-102).

Para aqui a convicção institucional de que a inserção competitiva da economia nacional, assim como a distribuição da riqueza e o aumento dos níveis gerais de bem-estar econômico – cujas evidências seriam uma força de trabalho melhor qualificada e o incremento na geração de oportunidades de seu emprego – estariam forte e positivamente correlacionados ao desenvolvimento científico e ao domínio da tecnologia dele (supostamente) resultante, assente numa formação de quadros técnico-científicos específica a este objetivo. Na argumentação que deriva dessa convicção, estes seriam imperativos de autonomia, ademais de sobrevivência econômica:

sem a implantação de um sistema de C & T efetivamente inovador – e não apenas adaptador de novidades – o Brasil não conquistará posição efetiva no mercado globalizado, podendo perder o controle do próprio mercado nacional, deixando escapar no horizonte visível a perspectiva de superação da

business, em números espantosos quando comparados aos das décadas anteriores: entre 1980 e 1996 as IES passaram de 882 para 922, com o setor privado crescendo a uma taxa de 5,5%, contra 4,2% observados para as IES públicas. Isso antes do efeito LDB; daquele ano até 2006, registrou-se um crescimento de quase 250%, expresso no salto para a marca de 2.270 IES! Destas, apenas 248 (pouco mais de 9%) eram públicas. Os dados do volume das matrículas em ambas as classes de instituições de ensino são igualmente ilustrativos: entre 1980 e 1995 as matrículas na rede privada de ensino superior passaram de 885 mil para um milhão; entre 1995 e 2004, para três milhões (na rede pública passou-se de 492 mil para cerca de 700 mil, entre 1980 e 1995, com as matrículas atingindo 1,2 milhões em 2004). Ou seja: o mencionado efeito LDB democratizou, em uma década, o acesso à educação superior pela via de um crescimento de 300% nas matrículas em IES privadas – em sua absoluta maioria, organizadas como empresas lucrativas. Premido pela concorrência intercapitalista, o setor vem se concentrando e internacionalizando, tendo passado por recentes fusões comandadas por capitais estrangeiros de grandes grupos educacionais internacionais e pelo capital bancário nacional, bem como abrindo seu capital para captar recursos no mercado acionário, consolidando assim a sua inserção nos circuitos globais da financeirização capitalista.

ARTIGOS

dependência do capital, do qual a tecnologia é a expressão mais refinada. O domínio da tecnologia só pode se dar com a existência, no país, de um corpo de técnicos e cientistas capacitados para a criação ou a assimilação dos seus princípios (AMARAL, 2003, p. 61-62).

Idealismos à parte, e com o devido respeito à ciência, à educação científica e às instituições incumbidas de sua produção, o que se mostra dispensável para o domínio da tecnologia é, sem dúvida, a tecnocracia e a base material que lhe origina e sustenta...

Na confluência das políticas educacionais e de ciência e tecnologia, em que se elege a pós-graduação como lócus privilegiado de promoção do desenvolvimento científico e inovação tecnológica, com financiamento público específico, a tendência tem sido a de privilegiar as áreas científicas duras em detrimento das ciências humanas.

Assume-se, destarte, um paradigma educacional que tem como matriz o trabalho abstrato – paradigma expresso, no campo especificamente educacional, na preferência institucional pelas “formações rápidas para a educação profissional básica, de nível técnico e tecnológico”, com o que o ensino médio “tende a assumir o trabalho como seu organizador” (SILVA Jr., 2007, p. 109), e na atenção redobrada, da parte das agências nacionais e regionais de fomento, aos centros de pós-graduação historicamente consolidados.

Com o que parcela relativamente alta do financiamento à pesquisa se encaminha, naturalmente, para as áreas e os centros mencionados, promovendo tanto uma homogeneização distorcida do trabalho acadêmico-científico quanto o embotamento às especificidades regionais (não raras vezes pela ênfase em supostas vocações regionais, como se tem observado nos processos recentes de interiorização das IES federais na região Nordeste).

No que segue faremos breves considerações à política corrente de fomento à pesquisa nas IES brasileiras, a partir dos referenciais teóricos da seção anterior e das démarches acima. As ações de fomento à pesquisa serão aqui consideradas em seu sentido mais amplo – ou seja, o apoio (financeiro, mas não somente) à pesquisa e ao

desenvolvimento científico e tecnológico nas diversas áreas do saber. No plano institucional (neste artigo restrito ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), essas ações se desdobram em diversas linhas de atuação, sendo as mais importantes as seguintes: apoios (a editoração, a eventos científicos - promoção e participação - e, principalmente, a projetos de pesquisa), estímulo à inovação para a competitividade, estímulo à pesquisa, formação e qualificação de pesquisadores no País e no exterior.

É possível constatar o mencionado privilégio às áreas científicas duras pelo exame dos editais de seleção pública de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, bem como de seleção pública de projetos de apoio à pesquisa, a eventos científicos e à formação/fixação de recursos humanos, sob a responsabilidade do CNPq nos últimos anos⁷. Tome-se, por exemplo, os anos de 2005 a 2008⁸. Naquele primeiro ano, em que foram abertos cerca de 60 editais com diversos objetivos, nada menos que a metade destes tinha por objetivo o apoio a propostas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nessas áreas (da nanotecnologia à aeronáutica, passando pelo manejo econômico dos resíduos da atividade agropecuária e pela gestão de bacias hidrográficas). Pouca atenção foi dispensada, então, às ciências humanas e sociais e/ou à pesquisa básica. Essa tendência se acentuou nos anos seguintes, considerando o número de editais abertos a cada ano (56% em 2006 e 57% em 2007), declinando em 2008 (45%).

Essa feição empresarial do fomento à pesquisa pode-se constatar também pela consulta aos dados consolidados de concessão anual de bolsas e investimentos pelo CNPq, desagregados por modalidade. Aqui o destaque, em termos de crescimento relativo, recaiu, na presente

⁷ A pesquisa documental delineada consistiu no exame dos editais abertos entre 2005 e 2008. Em cada edital examinado, deu-se ênfase aos seguintes itens: informações gerais (em que, geralmente, consta a justificativa do edital); objetivos; e elegibilidade (de instituições proponentes ou de propostas) e/ou público-alvo. Em seu conjunto, esses itens forneceram argumentos recorrentes e reveladores de algumas tendências das políticas educacionais e de ciência e tecnologia apontadas acima, no texto.

⁸ Estavam disponíveis, quando de nossa consulta ao sítio do CNPq na internet, os editais abertos entre 2002 e 2008. A partir do ano de 2004 notou-se uma mudança de patamar na oferta de editais. Fixando-se o ano de 2003, o crescimento no número de editais abertos foi de 35% em 2004 e em 2007; superior a 90% em 2005; de cerca de 70% em 2006; e de 128% em 2008.

ARTIGOS

década, na modalidade Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial (e particularmente a submodalidade de desenvolvimento tecnológico e industrial), que apresentou um crescimento de 86% entre 2001 e 2008 (contra cerca de 50% da modalidade Formação e Qualificação e 21% de Estímulo à Pesquisa).

À guisa de conclusão, pergunta-se: será através destas áreas preferenciais de pesquisa que se logrará uma efetiva melhoria das condições de vida de boa parte da população brasileira? E, parafraseando a Professora Marilena Chauí: quão heterônoma se encontra a autônoma Universidade brasileira? Qual a sua margem de manobra diante da totalidade social?

André Luiz de Miranda Martins é Economista e Professor Adjunto do Centro Acadêmico do Agreste (Caruaru-PE) da Universidade Federal de Pernambuco.

E-mail: hpe_8@yahoo.com.br.

Referências:

AMARAL, Roberto. A revolução possível – construir o conhecimento é prioridade. Revista Pesquisa – FAPESP, São Paulo, n. 85, p.60-61, mar. 2003.

ARONOWITZ, Stanley. The knowledge factory: dismantling the corporate university and creating true higher learning. Boston: Beacon, 2000.

BERCHT, Verônica. Negócio superior. Retrato do Brasil, São Paulo, n. 13, p. 28-30, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Legislação. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. In: PRESIDÊNCIA DA

REPÚBLICA. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Legislação. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FAUSTO, Ruy. A pós-grande indústria nos Grundrisse (e além deles). Lua Nova, São Paulo, n. 19, p.47-68, nov. 1989.

GALBRAITH, John Keneth. O novo estado industrial. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GIOVINAZZO JÚNIOR, Carlo Antônio. Filosofia e revolução na perspectiva do marxismo de Herbert Marcuse. In: BUENO, Sinésio Ferraz (Org.). Teoria crítica e sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 21-37.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como "ideologia". Lisboa: Edições 70, 1987.

HADDAD, Fernando. Trabalho e linguagem. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

IBARRA COLADO, Eduardo. Capitalismo académico y globalización: la universidad reinventada. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p. 1059-1067, set. 2003.

KONDER, Leandro. A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.

MARX, Karl. Escritos sobre educação e ensino: Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Centauro, 2004.

MINTO, Lalo Watanabe. As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA Jr., João dos Reis. Reforma universitária: a nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI. In: ORSO, Paulino José (Org.). Educação, sociedade de classes e reformas universitárias. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 87-120.

ARTIGOS

SLAUGHTER, Sheila; LESLIE, Larry L. Academic capitalism: politics, policies and the entrepreneurial university. Baltimore: Johns Hopkins, 1997.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Escravos da ciência: os porões da crise do trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; SANTOS, Sandra Maria dos Santos (Orgs.). Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade. Fortaleza: IDT; Banco do Nordeste do Brasil, 2007. p. 27-63.

Texto recebido em 19/01/2010.
Aprovado em 17/06/2010.